

Saiba como foi o segundo dia do Seminário

O primeiro painel tratou de 'Instituições, Políticas e Impacto'. A mesa de abertura contou com a presença do promotor da Procuradoria Distrital de São Francisco (EUA) e integrante do Departamento de Investigações Independentes, Andrew Lah; do diretor da Unidade de Apoio ao Processo de Purificação da Polícia e membro do Ministério Público de Honduras, Luis Echeverria; da procuradora-geral do estado de Nova Iorque (EUA) e diretora da Unidade Especial de Investigações e Processos, Wanda Perez Maldonado; e do conselheiro geral de Iniciativas Estratégicas e membro do Ministério Público do Canadá, Tom Andreopoulos.

O debate foi centrado no papel da investigação criminal e da acusação na responsabilidade policial e na avaliação das unidades especializadas para investigar homicídios e crimes cometidos por policiais. Foi destacada a importância da relação de independência dos órgãos de investigação em relação à polícia para que o trabalho dos promotores seja mais objetivo e efetivo.

O segundo painel discutiu estratégias para melhorar a segurança pública e a responsabilização policial. Foram convidados o professor da PUC-MG e ex-secretário adjunto de Segurança de Minas Gerais, Luís Flávio Saporì; a procuradora-geral da Jamaica, Marlene Malahoo Forte; e a promotora de Chicago (EUA), Natalia Delgado, que debateram medidas de responsabilização policial e modelos de política de segurança adotados por alguns estados do Brasil que obtiveram sucesso na redução da letalidade policial e da criminalidade.

Na parte da tarde, a promotora de Justiça Eliane de Lima Pereira, assessora de Direitos Humanos e Minorias (ADHM/MPRJ), discorreu sobre a importância da compreensão de sua estrutura para determinadas atuações na sociedade e as principais dificuldades na relação e na aproximação da instituição com os moradores de comunidades do estado do Rio. "Nós não podemos entender o Ministério Público como uma instituição fechada. Acho de fundamental importância conhecermos os territórios conflagrados, apesar de sabermos das dificuldades internas para se conseguir chegar a estas comunidades. Nós, como promotores de Justiça, temos que criar novas relações de aproximação para que possamos ser inseridos dentro destes locais e desenvolver medidas mais precisas e eficientes".

O painel contou com a presença do coronel da reserva da Polícia Militar de São Paulo e ex-secretário Nacional de segurança Pública, José Vicente Silva Filho, que relatou o cotidiano do policial militar em confrontos com criminosos em favelas do estado, a posição discreta do Ministério Público na atuação da PM e os diferentes posicionamentos das polícias no território brasileiro. "Precisamos ter o cuidado de entender que não é só a polícia que é violenta. A eficiência da PM tem muito a ver com a saúde mental e social da sociedade complexa na qual vivemos. Precisamos analisar o que deu certo nos demais estados brasileiros para que possamos cobrar o controle externo aqui no Ministério Público, tendo em vista a necessidade de uma atitude eficiente na administração pública".

A mesa 'Como Aprimorar a Atuação do Ministério Público e do GAESP/MPRJ, em particular?' foi aberta pelo subprocurador-geral de Justiça de Assuntos Criminais e Direitos Humanos, Ricardo Ribeiro Martins. "Apesar de constar da Constituição de 1988, a verdade é que até hoje não sabemos muito bem o que vem a ser o controle externo da atividade policial, nem como executá-lo. Precisamos aprender a sair na rua, ver e ouvir as pessoas, para além da simples atuação judicial. As Promotorias de Justiça de Investigação Penal foram criadas também com esse intuito, para permitir um trabalho territorial, junto às polícias, para melhor interação e atendimento à população".

Todd Foglesong, da Munk School of Global Affairs and Public Policy, sugeriu que, à luz dos debates realizados no seminário, sejam buscadas respostas para algumas perguntas estratégicas, de forma a aprimorar a atuação ministerial. “O MPRJ ocupa posição de destaque e até mesmo de liderança em relação a outros órgãos nessa discussão. Por isso, pode e deve se perguntar: qual modelo de profissional espera ver atuando na área de Segurança Pública? Quais as possibilidades de incremento na interação ou negociação com as polícias? Como aprimorar essa relação, de modo que as polícias e o Ministério Público não se enxerguem como inimigos? Com qual frequência real ocorre o fenômeno da violência policial? Qual é o papel exato do GAESP/MPRJ? Quais as metas factíveis de redução, isso é, possíveis de serem alcançadas?”, enumerou.